

Licenciamento em Conflito: A Trajetória da Usina Hidrelétrica de Tabajara e a Invisibilização de Comunidades na Fronteira Energética Amazônica.

Weder Rodrigues da Silva¹

Uéverton Fraga de Paula²

Fábio Herrera Fernandes³

Rafael Ademir Oliveira de Andrade⁴

Resumo: O município de Machadinho D'Oeste, Rondônia, consolidado após o POLONOROESTE, insere-se em uma região de alta sensibilidade ambiental, mas estratégica para a expansão da matriz energética nacional devido ao potencial hidrelétrico do rio Machado. A proposta da Usina Hidrelétrica (UHE) Tabajara expõe o conflito estrutural entre a política energética expansionista e a preservação ambiental, um cenário comum na Amazônia, onde o avanço hidrelétrico é frequentemente sustentado por avaliações ambientais insuficientes. Dessa forma, o problema de pesquisa é: Quais são os principais fatores políticos que justificam a construção da Usina Hidrelétrica de Tabajara em Machadinho D'Oeste – RO? O objetivo geral visa analisar a justificativa política e as dinâmicas de poder que sustentam a decisão de construir a Usina Hidrelétrica de Tabajara em Machadinho D'Oeste – RO, correlacionando esse empreendimento com o panorama de novas construções hidrelétricas na Região Amazônica Legal do Brasil. Metodologicamente, os artigos foram selecionados nas plataformas *Scopus*, *Web of Science* e *SciELO*. A estratégia de busca empregada foi: *Energy Sector Policies OR Hydroelectric Power Plant Construction OR Tabajara Hydroelectric Power Plant in Machadinho D'Oeste, Rondônia*. Conclui-se que a UHE Tabajara não é um caso isolado, mas reflete uma política que mobiliza a Amazônia como reserva estratégica, reproduzindo assimetrias entre benefícios macroeconômicos e impactos territoriais. O caso Tabajara ilustra um padrão persistente: a lógica de aproveitamento do recurso se impõe sobre o território enquanto abrigo e existência humana, consolidando

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - PGDRA, da Universidade Federal de Rondônia - UNIR; E-mail: weder.rodrigues@gmail.com; Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/2440310719239201>; Orcid iD: <https://orcid.org/0009-0007-0668-6110>.

² Doutorando o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - PGDRA; da Universidade Federal de Rondônia - UNIR; E-mail: fragosopvhro@gmail.com; Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/1784678252047443>; Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-6347-480X>.

³ Mestrando do PGDRA/UNIR; E-mail: fabio26012002@gmail.com; Lattes iD: <https://lattes.cnpq.br/8154366932618987>; Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-3242-8303>.

⁴ Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - PGDRA, da Universidade Federal de Rondônia - UNIR; E-mail: profrafaelsocio@gmail.com; Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/3790116411091463>; Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-1047-3499>.

um modelo de desenvolvimento que desafia a integridade socioambiental da Amazônia.

Palavras-chaves: UHE Tabajara. Política Energética. Amazônia. Conflito Socioambiental. Licenciamento.

Abstract: The municipality of Machadinho D'Oeste, Rondônia, consolidated after the POLONOROESTE project, is located in a region of high environmental sensitivity, but strategic for the expansion of the national energy matrix due to the hydroelectric potential of the Machado River. The proposed Tabajara Hydroelectric Power Plant (UHE) exposed the structural conflict between expansionist energy policy and environmental preservation, a common scenario in the Amazon, where hydroelectric development is frequently supported by insufficient environmental assessments. Therefore, the research problem is: What are the main political factors that justify the construction of the Tabajara Hydroelectric Power Plant in Machadinho D'Oeste – RO? The general objective is to analyze the political justification and power dynamics that underpin the decision to build the Tabajara Hydroelectric Power Plant in Machadinho D'Oeste – RO, correlating this undertaking with the panorama of new hydroelectric constructions in the Legal Amazon Region of Brazil. Methodologically, the articles were selected from the Scopus, Web of Science, and SciELO platforms. The search strategy employed was: Energy Sector Policies OR Hydroelectric Power Plant Construction OR Tabajara Hydroelectric Power Plant in Machadinho D'Oeste, Rondônia. It is concluded that the Tabajara Hydroelectric Plant is not an isolated case, but reflects a policy that mobilizes the Amazon as a strategic reserve, reproducing asymmetries between macroeconomic benefits and territorial impacts. The Tabajara case illustrates a persistent pattern: the logic of resource exploitation prevails over the territory as a place of shelter and human existence, consolidating a development model that challenges the socio-environmental integrity of the Amazon.

Keywords: Tabajara Hydroelectric Power Plant. Energy Policy. Amazon. Socio-environmental Conflict.

1 INTRODUÇÃO

A formação do município de Machadinho D'Oeste está intimamente ligada às dinâmicas históricas de ocupação e desenvolvimento de Rondônia. Seu povoamento teve início durante o ciclo da borracha e recebeu novo impulso nas décadas seguintes, especialmente a partir da exploração de diamantes na década de 1930 (Silva, 2016). A consolidação do território de Machadinho D'Oeste ocorreu em 1982, motivada pelo Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE⁵). Nesse contexto, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA⁶) foi responsável por criar o Núcleo Urbano de Apoio Rural (NUAR⁷), peça fundamental para o Projeto de Colonização Machadinho.

O crescimento econômico acelerado, impulsionado pela agricultura, culminou na emancipação político-administrativa do município em 1988, que posteriormente expandiu sua área territorial com a criação de novos distritos, entre eles o de Tabajara, instituído em 1998 (IBGE, 2025). O distrito de Tabajara, localizado na margem esquerda do rio Machado, tornou-se o foco para a proposta de implantação da Usina Hidrelétrica de Tabajara (UHE Tabajara).

O município Machadinho D'Oeste está inserido em uma região de alta sensibilidade ambiental, composta por um mosaico de unidades de conservação estaduais e federais (Mangabeira, 2010). Destacam-se o Parque Nacional Campos Amazônicos, criado em 2012, e a Reserva Biológica Jaru, instituída em 1979, cujas redes de drenagem são alimentadas por afluentes do rio Machado

⁵ Para Mangabeira (2010) O POLONORESTE foi um programa federal dos anos 80 que asfaltou a BR-364, incentivando a ocupação massiva de Rondônia e Mato Grosso. Seus principais resultados foram um acelerado desmatamento e conflitos fundiários, tornando-se um marco dos impactos socioambientais de grandes projetos na Amazônia.

⁶ Conforme Mangabeira (2010) O projeto de assentamento do INCRA em Machadinho d'Oeste-RO, iniciado na década de 1980, foi um marco na ocupação dirigida da Amazônia.

⁷ Diante disso, os Núcleos Urbanos de Apoio Rural (NUAR) em Machadinho d'Oeste foram planejados como centros de apoio logístico e administrativo aos lotes rurais do projeto de colonização. Sua função era centralizar serviços essenciais como comércio, saúde e educação, estruturando a ocupação territorial dirigida pelo INCRA na fronteira amazônica (Mangabeira, 2010).

(Gomes; Bastos, 2018). Contudo, a proteção ambiental convive com pressões históricas de exploração energética.

A bacia do rio Machado, que abriga o segundo maior potencial hidrelétrico de Rondônia, ganhou destaque no setor elétrico ainda na década de 1970, com a construção da Usina Hidrelétrica Samuel, em Candeias do Jamari (Nóbrega, 2011). Nas décadas seguintes, sucessivas tentativas de implantação de novos empreendimentos, como as UHEs Ji-Paraná e Tabajara, reforçaram a transformação progressiva dos cursos d'água regionais em áreas estratégicas para a expansão da matriz energética brasileira (Sevá; Garzon; Nóbrega, 2011).

Entretanto, esse avanço hidrelétrico ocorreu com avaliações ambientais frequentemente insuficientes, que não conseguiram captar a complexidade dos impactos sobre os territórios amazônicos. Estudos iniciais, realizados na década de 1980, falharam em prever os danos socioambientais e ignoraram a realidade das populações locais (Nóbrega, 2011). Essa limitação metodológica reproduziu um modelo de desenvolvimento que, sob o argumento do progresso, naturaliza a exploração dos recursos naturais, evidenciando a insuficiência das avaliações preliminares para compreender os impactos territoriais (Sevá; Garzon; Nóbrega, 2011).

Diante desse cenário, compreender os fatores políticos que sustentaram a proposta de construção da UHE Tabajara torna-se essencial para analisar as dinâmicas de poder envolvidas na expansão hidrelétrica na Amazônia, bem como os discursos que legitimam megaprojetos em territórios de elevada vulnerabilidade socioambiental.

Considerando essa realidade, a lacuna deste trabalho busca suprir a ausência de informações específicas sobre o tema. Assim, o questionamento central que orienta esta pesquisa é: quais são os principais fatores políticos que justificam a construção da UHE Tabajara em Machadinho D'Oeste - RO? Para responder a essa indagação, o objetivo geral do estudo é analisar a justificativa política e as dinâmicas de poder que sustentam a decisão de construir a UHE Tabajara, correlacionando o empreendimento com o panorama da expansão hidrelétrica na Região Amazônica Legal do Brasil.

Para cumprir esse objetivo geral, o estudo delinea os seguintes objetivos específicos: (1) correlacionar os empreendimentos de usinas hidrelétricas na região Norte do Brasil com o panorama geral de novas construções na Região Amazônica; (2) elencar os argumentos político-institucionais utilizados pelos agentes governamentais e pelo setor energético; e (3) identificar os possíveis beneficiários, as contestações e as oposições políticas ao projeto da UHE Tabajara, examinando as posições e o poder de articulação dos grupos afetados.

A organização deste estudo está dividida em seções distintas. Após esta introdução, serão apresentadas a revisão teórica e conceitual, a descrição detalhada da metodologia, a apresentação e discussão dos resultados, as considerações finais e, por último, as referências que fundamentaram a pesquisa.

2 METODOLOGIA DO PREPARO

O texto adota uma metodologia qualitativa que articula uma análise micropolítica do setor energético, contextualizando a UHE Tabajara em um ciclo histórico, com uma crítica documental e territorial. A pesquisa bibliográfica concentrou-se em plataformas científicas de credibilidade, utilizando busca booleana para garantir a pertinência e contemporaneidade da literatura. A análise interpretativa foi guiada pela teoria de Jürgen Habermas, confrontando a racionalidade instrumental dos promotores do projeto, focada na eficiência, com a racionalidade comunicativa das comunidades, orientada ao entendimento, revelando assimetrias na deliberação pública e na legitimação de direitos.

2.1 Quanto ao Método da Análise de Conteúdo

A estrutura do texto mostra uma abordagem metodológica que combina a análise de conjuntura macro-política com a crítica documental e territorial específica.

Inicialmente, o texto utiliza uma perspectiva de análise sistêmica e histórica, ao contextualizar a UHE Tabajara dentro de um ciclo de grandes obras (2003-2023) e um padrão de continuidade planejada na Amazônia, embasando-se em documentos oficiais como o PDE 2020–2029 (EPE, 2020) e referências acadêmicas. Logo, isso estabeleceu a UHE como um elemento coerente de uma política energética e não como um evento isolado.

A metodologia então se aprofunda na análise crítico-institucional, examinando como a lógica do uso corporativo do território e a psicoesfera do desenvolvimento (Costa Silva; Cunha; Ferreira, 2020). Nessa lógica se manifestam por meio de modificações legais e o apoio estatal

O ponto de maior rigor metodológico reside na crítica documental direcionada ao EIA. O texto emprega uma metodologia de contraste entre o escopo restrito do EIA e as evidências de campo, como o laudo do Ministério Público Federal, que identificou 61 comunidades não reconhecidas (MPF, 2017). Essa abordagem não apenas identifica a falha metodológica na delimitação espacial, mas também demonstra como essa limitação resulta na subnotificação dos custos sociais e na instrumentalização da ciência para legitimar o empreendimento, um sintoma de um problema sistêmico no licenciamento amazônico.

2.2 Quanto aos procedimentos adotados

A pesquisa bibliográfica adotou uma metodologia, qualitativa, descritiva e exploratória, buscando assegurar a cobertura abrangente da literatura científica pertinente ao tema. O processo concentrou-se na identificação de artigos, documentos acadêmicos relacionados às políticas do setor energético, à construção de usinas hidrelétricas e, especificamente, à UHE de Tabajara em Machadinho D'Oeste, Rondônia. Para tanto, foram selecionadas as plataformas

Scopus, *Web of Science* e *SciELO*, reconhecidas por seu vasto acervo de credibilidade e regional.

A estratégia de busca foi formulada utilizando palavras-chave em inglês, que se trata da língua predominante na literatura científica internacional, combinadas por meio de um operador booleano específico (De Freitas, 2023). A estratégia de busca empregada foi: *Energy Sector Policies OR Hydroelectric Power Plant Construction OR Tabajara Hydroelectric Power Plant in Machadinho D'Oeste, Rondônia*. A escolha do operador *OR* foi estratégica, pois permite que os resultados recuperados incluam documentos que contenham qualquer um dos termos listados (Freitas, 2023).

Para garantir a contemporaneidade da análise, foi aplicado um filtro temporal para incluir publicações até o presente. Este recorte temporal foi definido para privilegiar as discussões, tecnologias e diretrizes políticas mais recentes, refletindo o cenário atual do setor energético e dos grandes projetos de infraestrutura.

O processo de seleção de artigos baseou-se em critérios de elegibilidade para garantir a pertinência da revisão bibliográfica. Diante disso, os critérios de inclusão exigiram que os artigos fossem revisados por pares, nos idiomas inglês, português ou espanhol, e que abordassem as políticas energéticas, a construção de hidrelétricas e a UHE Tabajara. Foram excluídos editoriais, literatura cinzenta e estudos de foco puramente técnico. A clivagem foi realizada em etapas sequenciais por três pesquisadores independentes. Primeiramente, houve a remoção de duplicatas e a análise por título e resumo. Em seguida, foi feita a leitura completa do texto para aplicação final dos critérios.

Em complemento combinou-se um levantamento bibliográfico de estudos regionais com a análise de documentos-chave, como o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do empreendimento e o Laudo Pericial do MPF/RO (MPF, 2017).

2.3 Quanto a análise.

A interpretação dos dados foi guiada pelo referencial de Jürgen Habermas, especialmente pelos conceitos de racionalidade instrumental, racionalidade comunicativa e esfera pública. A partir dessa abordagem, os documentos oficiais, estudos técnicos e textos acadêmicos foram examinados como atos de linguagem que expressam disputas de poder, mediante a interpretação de Habermas (Alberto, 2019). Buscou-se identificar como os discursos favoráveis à UHE Tabajara se sustentam em uma racionalidade instrumental, marcada pelo cálculo técnico e pela promessa de eficiência econômica, o que tende a reduzir o debate público à lógica do desenvolvimento energético, limitando o reconhecimento dos impactos socioambientais e das vozes dos grupos atingidos.

Em contraste, Alberto (2019) os posicionamentos de comunidades tradicionais, organizações socioambientais e instituições de controle foram analisados sob a perspectiva da racionalidade comunicativa, orientada ao entendimento e à deliberação. A comparação entre esses dois regimes permitiu evidenciar assimetrias na produção do consenso político, revelando que o processo decisório em torno da UHE Tabajara apresenta déficits de participação, transparência e reconhecimento.

Essa leitura habermasiana tornou possível compreender que o conflito não é apenas técnico, mas comunicativo, estruturado pela desigual capacidade dos atores de influenciar o debate público e definir o que é considerado interesse coletivo.

3 REVISÃO TEÓRICA E CONCEITUAL

O Estado e o setor energético promovem a expansão hidrelétrica na Amazônia como via inevitável para o desenvolvimento nacional. Porquanto, utilizando uma narrativa modernizadora que trata a região como território

energético e instrumento de geopolítica interna para abastecer indústrias distantes (Castro, 2021).

Agentes governamentais utilizam argumentos político-institucionais e dispositivos normativos para legitimar as obras e proteger estruturas de poder, enquanto minimizam os conflitos (Biresselioglu; Solak; Savas, 2024). A contestação reside na disputa sobre os atingidos, cuja definição restrita deliberadamente a uma perspectiva patrimonial indenizatória (Costa Silva; Cunha; Ferreira, 2020). Essa restrição oculta os impactos socioeconômicos profundos e a real escala dos danos, transformando o conceito de atingido em um campo de batalha político.

Então, a construção da revisão teórica abordou sobre as construções de e usinas hidrelétricas, os artifícios políticos- institucionais utilizados pelos agentes governamentais e pelo setor energético e os beneficiários em contraponto às oposições políticas de tais construções.

3.1 Construções de usinas hidrelétricas como meio de desenvolvimento

A expansão da matriz hidrelétrica na região Amazônica tem sido sistematicamente defendida pelo aparato estatal e pelas corporações do setor de energia como um requisito fundamental para a consecução do desenvolvimento em escala nacional. Para Cavalcante (2021), essa visão se apoia em uma narrativa modernizadora que trata a região como território energético, justificando grandes barragens em nome da eficiência e da integração regional. Entretanto, essa lógica simplifica a complexidade social e ecológica do território, transformando rios e áreas protegidas em espaços destinados à produção energética.

De forma complementar, Castro (2021) destaca que as hidrelétricas amazônicas funcionam como instrumentos de geopolítica interna, inseridas em uma estratégia estatal de abastecimento de centros industriais distantes. Nesse passo, usinas como Belo Monte, Santo Antônio, Jirau e Tabajara evidenciam a centralidade da Amazônia no projeto energético nacional, ainda que os ganhos

locais permaneçam limitados (Sevá; Garzon; Nóbrega, 2011). Assim, esses empreendimentos consolidam uma energia de integração, que reforça estruturas de poder e interesses institucionais.

Por fim, Gaspar (2024) mostra que a governança hídrico-energética no Brasil opera por meio de dispositivos normativos e discursivos que naturalizam grandes obras como soluções inevitáveis para o desenvolvimento. Essa estrutura estatal organiza percepções de risco e escassez, legitimando a expansão hidrelétrica enquanto reduz a visibilidade dos conflitos socioambientais e das populações atingidas.

3.2 Os argumentos políticos- institucionais utilizados pelos agentes governamentais e pelo setor energético

O setor energético revela a complexa dinâmica de poder e governança inerente à transição de baixo carbono. Tais argumentos são frequentemente estratégicos, visando tanto a promoção de novas agendas quanto a manutenção do sistema estabelecido (Von Malmborg, 2025).

Agentes governamentais adotam estratégias que buscam direcionar a conduta e o pensamento de outros atores, governmentality, para efetivar suas ambições políticas (Afieroho, 2024). Em contextos de Parcerias Público-Privadas (PPPs), o governo assume um papel de direção, utilizando a meta-organização para coordenar diferentes modos de governança hierarquia, rede, mercado e facilitar arenas interativas entre múltiplos stakeholders (Biresselioglu; Solak; Savas, 2024).

Para obter apoio às suas intervenções, governos podem empregar a responsabilização, estratégia que envolve campanhas educacionais e incentivos para que as comunidades aceitem e assumam responsabilidades por tarefas que antes cabia ao Estado (Biresselioglu; Solak; Savas, 2024). De certa maneira, a União Europeia (UE) legitima suas intervenções, como o Pacto Ecológico, ao enquadrar problemas e atrelar as medidas a uma narrativa de múltiplos benefícios sinérgicos, englobando a mitigação climática, a segurança energética

(Afieroho, 2024). Essa abordagem estratégica, exemplificada, visa construir consenso político e promover uma transição energética sustentável e resiliente. A justificação institucional para a ação no nível da UE baseava-se em complementar e reforçar a ação nacional, citando o princípio da subsidiariedade.

Entretanto, a resistência governamental também se manifesta, muitas vezes impulsionada por interesses políticos e econômicos ou por estruturas institucionais inadequadas, como a capacidade restrita de governos locais ou o estilo de governança corporativista (Von Malmborg, 2025). Nesse passo, o governo procura proteger seus ativos de longa duração e relações de poder empregando poder discursivo e estratégias como *lobbying*⁸ e geração de informações de modo a argumentar contra a transição de baixo carbono ou a favor de seus modelos existentes Economia, Segurança e Divisão de Responsabilidade.

3.3 Beneficiários, as contestações e as oposições política na construção usinas hidrelétricas

A análise das consequências de projetos de infraestrutura de grande porte, a exemplo das usinas hidrelétricas, constitui um domínio caracterizado pela intensa polarização, permeado por profundas divergências conceituais e desafios metodológicos. Frequentemente, em uma análise superficial, os efeitos sobre os centros urbanos próximos são percebidos como benéficos, impulsionados pela expansão do comércio, serviços e pela geração de emprego e renda (Costa Silva; Cunha; Ferreira, 2020). Contudo, essa visão otimista mascara uma complexa teia de impactos negativos, cuja visibilidade depende diretamente de uma definição crucial: a de quem é considerado atingido.

Nesse contexto, a noção de atingido trata-se, em sua essência, de um conceito em disputa, como argumenta Carlos Vainer (2008, p. 5), “seu

⁸ Conforme Afieroho, (2024) o lobbying, ou atividade de intermediação de interesses, constitui uma prática inerente aos sistemas políticos representativos, caracterizando-se pela atuação de grupos organizados junto a tomadores de decisão no Legislativo e no Executivo com o objetivo de influenciar a formulação, aprovação ou implementação de políticas públicas e atos normativos.

reconhecimento não é um mero detalhe técnico, mas um ato que implica a legitimação de direitos e de seus detentores”. Visto isso, o reconhecimento formal não se trata de um mero trâmite técnico, mas sim um ato de legitimação que confere a existência legal aos direitos dos detentores. Na prática, ser oficialmente reconhecido como atingido confere a indivíduos e grupos o direito de exigir compensação e reparação, tornando a amplitude dessa categoria um ponto de contestação política e econômica (Vainer, 2008).

Tal divergência no plano conceitual não se configura como um evento fortuito. “Historicamente, a definição de atingido foi deliberadamente restringida por uma perspectiva patrimonial indenizatória, cujo objetivo principal era simplesmente limpar o terreno para viabilizar o projeto” (Vainer, 2008, p. 11). Nessa lógica reducionista, “atingido passa a ser entendido como inundado e, por decorrência, como deslocado compulsório” (Vainer, 2008, p. 04). A consequência desta perspectiva estritamente legalista, que prioriza unicamente o dano diretamente causado pela inundação, manifesta-se em uma acentuada disparidade entre a magnitude efetiva dos prejuízos e o escopo formalmente validado. Paradoxalmente, municípios que não têm seu território alagado, mas sofrem profundas transformações sociais e econômicas, podem acabar com prejuízos maiores e sem direito a compensações.

Parte da responsabilidade por perpetuar essa distorção recai sobre os próprios instrumentos de avaliação. Segundo Vainer (2008), as consultorias contratadas para elaborar os Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) frequentemente desviam-se de sua finalidade. Em vez de ferramentas de análise crítica, tais documentos se transformam em peças de promoção do empreendimento, reforçando a visão restritiva de atingido e ignorando as consequências não-materiais do projeto.

Portanto, para uma análise justa, é imperativo superar essa lógica restritiva. É necessário entender o processo como mudança social, o que implica, igualmente, considerar que há dimensões não estritamente pecuniárias ou materiais’ (Vainer, 2008, p. 1). Somente ao ampliar o conceito de atingido para

além do dano patrimonial direto torna-se possível começar a mensurar e reparar a verdadeira escala dos impactos socioambientais.

4 RESULTADOS

A região setentrional do Brasil, considerada o epicentro da expansão da matriz energética nacional, perpetuou um ciclo de grandes empreendimentos hidrelétricos que promovem a reestruturação territorial da Amazônia (PPI, 2023). A UHE Tabajara, com 400 MW previstos e integrada a programas governamentais como o PAC 2, materializa um modelo de apropriação corporativa do espaço por agentes hegemônicos, os quais justificam a obra com a promessa de desenvolvimento socioeconômico (Silva, 2016). No entanto, essa imposição exógena acarreta a alienação territorial e a exclusão social, concentrando os custos ambientais e sociais nas comunidades locais. O EIA do projeto revelou falhas metodológicas, como a delimitação espacial restrita e a subestimação dos custos sociais (Araújo; Garzon, 2020), indicando a instrumentalização do conhecimento técnico em favor do capital hidrelétrico e a contínua marginalização dos grupos atingidos.

Diante desse panorama, foram posteriormente analisados o cenário das novas construções hidrelétricas no Norte, as políticas do setor e os agentes governamentais da UHE Tabajara/RO, e as disputas políticas, contestações e beneficiários do projeto.

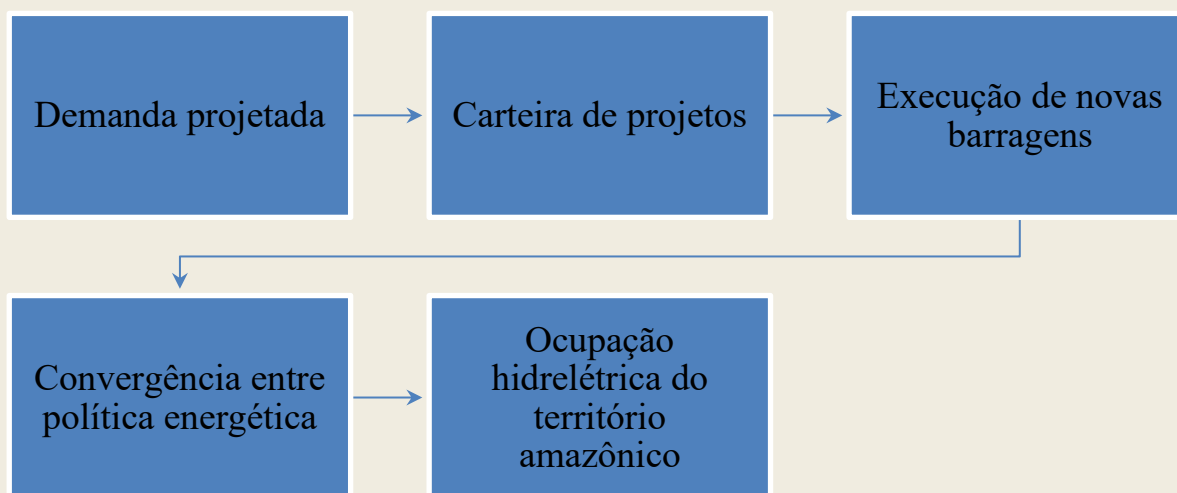
4.1 Panorama de novas construções hidrelétricas na Região Norte do Brasil

A análise do panorama hidroenergético da Amazônia mostra que a Região Norte permanece tratada pelo Estado brasileiro como principal fronteira de expansão da matriz elétrica nacional. Entre 2003 e 2023 consolidou-se um ciclo de grandes obras como Santo Antônio, Jirau e Belo Monte que reorganizou o território amazônico, ampliando o uso estratégico dos rios Madeira, Xingu e

Tocantins como suportes de infraestrutura energética (Sant’Anna; Honorato; Bortoletto, 2020). Esses empreendimentos, distribuídos de forma concentrada em corredores já estruturados, revelam um padrão de continuidade planejada e reforçam impactos cumulativos sobre áreas socioambientalmente vulneráveis.

Documentos oficiais recentes, como o PDE 2020–2029, apontam que essa expansão continua ativa, embora mais seletiva, destacando três obras prioritárias: Tabajara (RO), Bem Querer (RR) e Castanheiras (MT) (EPE, 2020). A recorrência desses projetos demonstra que o planejamento energético nacional opera por encadeamentos lógicos como demonstrado na Figura 01.

Figura 1. Fluxo de projetos energéticos



Fonte: Elaborado pelos autores.

É dentro desse fluxo que a UHE Tabajara se insere como parte de uma “segunda onda” de hidrelétricas na Amazônia. O projeto prevê cerca de 400 MW e inundação superior a 90 km², em área estratégica da bacia do rio Machado, articulando-se diretamente ao corredor Madeira já modificado por grandes empreendimentos (PPI, 2023). Essa posição confirma sua função sistêmica: servir ao mercado nacional de energia enquanto concentra os custos sociais e ambientais no território local. Estudos recentes mostram que tal padrão é viabilizado por dispositivos institucionais que reforçam discursos de progresso,

centralizam decisões e flexibilizam processos avaliativos (Maia; Sobrinho; Mendes, 2022). Assim, os resultados demonstram de maneira consistente que a UHE Tabajara não é um caso isolado, mas elemento coerente de uma política energética que mobiliza a Amazônia como reserva estratégica do país, reproduzindo assimetrias entre benefícios macroeconômicos e impactos territoriais.

4.2 Políticas do setor energético e seus agentes governamentais da UHE Tabajara/RO

A intervenção no território Amazônico para a edificação de grandes infraestruturas, como o aproveitamento Hidrelétrico de Tabajara no município de Machadinho d'Oeste, inscreve-se em uma complexa dinâmica político-institucional, na qual a lógica de expansão do setor energético se sobrepõe às configurações socioespaciais preexistentes. A proposta de construção, enquadrada em planos governamentais abrangentes, como a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2⁹) (Costa Silva; Cunha; Ferreira, 2020). Nessa sequência manifesta o interesse na integração da região ao Sistema Interligado Nacional (SIN¹⁰), aproveitando o potencial hídrico do Rio Machado.

O processo de delineamento do empreendimento, articulado pelos agentes governamentais e consórcios privados, reflete o que se concebe como o uso corporativo do território. Nesse modelo, as decisões sobre o planejamento e o controle territorial se deslocam para esferas onde os agentes hegemônicos (Sevá; Garzon; Nóbrega, 2011). Notadamente as grandes empresas, tornam-se virtualmente soberanas, com o apoio estatal garantindo a implementação por

⁹ Conforme Silva (2016) O setor de Energia, e em particular a construção de grandes usinas hidrelétricas, foi um dos pilares centrais do PAC 2 (Programa de Aceleração do Crescimento 2). O objetivo principal era garantir o suprimento energético necessário para sustentar o crescimento econômico do país, com foco na expansão da capacidade de geração e transmissão.

¹⁰ Para Costa Silva, Cunha e Ferreira, (2020) Sistema Interligado Nacional (SIN) trata-se da espinha dorsal do setor elétrico brasileiro, sendo um vasto sistema de produção e transmissão de energia elétrica que conecta as principais usinas e os centros de consumo do país.

meio de auxílios financeiros e subsídios (Araújo; Garzon, 2020). O custo do empreendimento da usina projetada, com uma potência significativa, estimada em 350 MW, e um custo financeiro elevado, aproximadamente R\$5 bilhões, o que mobiliza um poderoso imaginário social (Silva, 2016; Costa Silva; Cunha; Ferreira, 2020).

Destarte, impulsionado por uma psicoesfera, um reino de ideias que antecede as modificações físicas do espaço tecnosfera¹¹ (Costa Silva; Cunha; Ferreira, 2020). Essa narrativa anuncia à população local e regional a promessa de desenvolvimento econômico-social e a criação de milhares de oportunidades de trabalho, tanto diretas quanto indiretas. Porquanto, argumenta-se que a capacidade de geração de energia, capaz de atender uma vasta população, traduz-se em progresso para a localidade de Machadinho do Oeste (Costa Silva; Cunha; Ferreira, 2020). Reforçando essa perspectiva, modificações institucionais, como a reavaliação dos estudos de inventário e a alteração dos limites do Parque Nacional dos Campos Amazônicos (Lei N° 12.678 de 2012), são articuladas para assegurar a viabilidade legal do empreendimento (Mangabeira, 2010).

Todavia, essa territorialização de lógicas externas tende a resultar na alienação do território para os grupos sociais que o habitam. Historicamente, megaprojetos na Amazônia produzem a fragmentação de territórios tradicionais e a exclusão social, concentrando os benefícios longe das áreas onde os impactos são mais agudos (Vainer, 2008). As comunidades ribeirinhas, pescadores e extrativistas da região de Tabajara, cuja vida indissociável do regime hídrico do Rio Machado e de seus recursos, percebem que o destino de seu lugar, que constitui sua morada, fica subjugado aos objetivos do capital hidrelétrico.

A geomorfologia do município, caracterizada por um mosaico de assentamentos e unidades de conservação estabelecidos sobre diferentes unidades de relevo, evidencia a pressão antrópica (Barbosa Gomes; Bastos,

¹¹ Para Costa Silva, Cunha e Ferreira (2020) a Tecnoesfera, um sistema de objetos criados pela ciência e pela técnica com uma intencionalidade clara: maximizar a produção de energia e, conseqüentemente, a acumulação de capital.

2018). Diante disso, a ocupação intensiva, concentrada nas unidades de notacionais, e a posterior degradação do solo, criam condições de vulnerabilidade que são exacerbadas pela chegada de uma grande obra que ameaça alterar o equilíbrio natural e os modos de vida baseados na tradição oral. A promessa de empregos e desenvolvimento, quando confrontada com o risco de perda da subsistência familiar e da cultura, revela uma assimetria nas relações de poder (Costa Silva; Cunha; Ferreira, 2020). Visto isso, o potencial recurso do território se impõe sobre o território enquanto abrigo e existência humana.

As investigações sobre a UHE Tabajara indicam que a invisibilidade das comunidades tradicionais nos EIA reflete uma tentativa de minimizar os custos sociais da obra (Silva, 2016).

4.3 Beneficiários, as contestações e as oposições política ao projeto da UHE Tabajara

A análise do EIA da UHE de Tabajara revela falhas metodológicas graves que exemplificam um problema sistêmico nos processos de licenciamento na Amazônia. Uma crítica central é a delimitação espacial excessivamente restrita do estudo, que focou apenas nas áreas de construção direta do empreendimento. Conforme apontado por Costa Silva, Cunha e Ferreira (2020), essa abordagem ignorou deliberadamente territórios tradicionais adjacentes com alta probabilidade de serem impactados, sem apresentar qualquer justificativa técnica para tal exclusão.

A consequência direta dessa delimitação arbitrária é a subnotificação dos custos sociais do projeto. Enquanto o EIA silencia sobre a presença de populações vulneráveis, um laudo do Ministério Público Federal (MPF) identificou aproximadamente 61 comunidades tradicionais na mesma área, incluindo dois grupos indígenas isolados (MPF, 2017). Essa discrepância gritante não apenas evidencia a inadequação do estudo, mas sugere uma estratégia de invisibilização das populações que seriam mais afetadas.

Essa mesma lógica de subdimensionamento se repete na análise dos impactos sobre os recursos naturais. Um estudo de Doria *et al.*, (2021) demonstrou que o EIA e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da UHE Tabajara foi incapaz de mensurar os reais efeitos sobre os recursos pesqueiros e a atividade da pesca, comprometendo diretamente a subsistência das comunidades ribeirinhas. Tais lacunas metodológicas, ao gerarem uma avaliação imprecisa dos danos, resultam em propostas de mitigação e compensação ineficazes, perpetuando a marginalização histórica dos pescadores em projetos hidrelétricos.

Esse quadro se alinha perfeitamente à crítica de Araújo e Garzon (2020, p. 85), “que descrevem como a ciência é instrumentalizada para servir aos interesses de grandes empreendimentos”. As empresas controlam os dados e censuram informações, e quando esses estudos enviesados chegam ao Judiciário, sua complexidade técnica torna-se pasteurizada em jargão jurídico, levando a decisões que ignoram as evidências. O ciclo de injustiça se completa com as negociações em bloco, que encerram processos sem reparar as violações individuais. O caso da UHE Tabajara, portanto, não é uma exceção, mas um sintoma de um sistema onde as ferramentas de avaliação e reparação são estruturalmente falhas, perpetuando os danos socioambientais.

4.4 Do arquivamento do processo de licenciamento da UHE Tabajara

O Brasil enfrenta o desafio de priorizar fontes de energia limpas e socialmente inclusivas, especialmente com a realização da COP 30 em Belém, em 2025 (Artaxo, 2025). Para isso, torna-se necessário superar a dependência de mega empreendimentos de alto risco socioambiental, como a UHE Tabajara e a exploração de petróleo na margem equatorial. Para nortear essa transição, a Política Nacional de Transição Energética (PNTE¹²) adota uma abordagem

¹² A Política Nacional de Transição Energética (PNTE), instituída pela Resolução Nº 5, de 26 de agosto de 2024, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), é o mecanismo que visa orientar os esforços nacionais para a

ampla, cujo objetivo consiste em integrar a energia como um fator propulsor do desenvolvimento sustentável e do posicionamento estratégico no âmbito nacional.

A PNTE não se limita à descarbonização; ela é orientada pelo conceito do Trilema Energético, que articula três eixos essenciais e interligados: Segurança Energética, Equidade Energética, entendida como o acesso universal a serviços energéticos de qualidade, sustentáveis, com segurança no fornecimento e preços acessíveis e Sustentabilidade Ambiental.

O Plano Nacional de Transição Energética (PLANTE) é o instrumento que operacionaliza essa política. Baseado no Trilema Energético, o PLANTE traça três cenários para orientar a transição: o cenário Transição Brasil (ótima custo-eficiente), que busca a neutralidade de carbono até 2050, alinhado aos compromissos atuais; a Transição Alternativa, que incorpora impactos climáticos e incertezas tecnológicas; e a Transição Global, que considera o papel do Brasil no esforço internacional para limitar o aumento da temperatura média global a 1,5°C até o fim do século (BRASIL, 2024).

Além disso, o PLANTE ressalta o perfil energético favorável do Brasil, que detém a maior participação de fontes renováveis entre os países do G20, e enfatiza a necessidade de consolidar a PNTE por meio de um plano integrado. Este plano deve abarcar iniciativas como o RenovaBio, o programa Combustível do Futuro e projetos nas áreas de Hidrogênio e Eficiência Energética (IEMA, 2024).

Após 15 anos de tramitação, o licenciamento ambiental da UHE Tabajara foi encerrado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Essa decisão resultou da mobilização de povos indígenas, organizações socioambientais e acadêmicos, que denunciaram os riscos culturais, sociais e ambientais do empreendimento. Considerado tecnicamente inviável, o projeto foi arquivado, e sua suspensão é celebrada como uma vitória histórica na defesa dos territórios amazônicos (CPT, 2025).

transformação da matriz energética para uma estrutura de baixa emissão de carbono. A PNTE e seus instrumentos, o Plano Nacional de Transição Energética (Plante) e o Fórum Nacional de Transição Energética (Fonte) (BRASIL, 2024)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do panorama de novas construções hidrelétricas, notadamente a UHE Tabajara, revela a Região Norte como um vetor de expansão energética nacional que opera em uma continuidade planejada. O texto mostra, de forma coerente, que projetos como Tabajara não são eventos isolados, mas sim componentes de um fluxo estratégico que utiliza os rios amazônicos como suporte de infraestrutura para atender ao mercado de energia do país.

Essa dinâmica engendra uma assimetria marcante: os benefícios macroeconômicos se concentram em escala nacional, enquanto os custos sociais e ambientais recaem de forma intensa sobre o território local e suas populações. A inserção do empreendimento é facilitada por uma lógica político-institucional que mobiliza uma psicosfera de desenvolvimento, mas que, na prática, frequentemente se sobrepõe às configurações socioespaciais preexistentes.

A leitura crítica dos EIA, por sua vez, expõe falhas metodológicas que levam à subnotificação dos danos. A delimitação restrita e a consequente invisibilização de comunidades tradicionais, ribeirinhas e indígenas indicam que as ferramentas de avaliação tendem a servir, por vezes, aos interesses do capital em detrimento do direito ao território e à subsistência das populações locais.

Assim, o processo de licenciamento da UHE Tabajara (processo nº 02001.004419/2007-31) foi arquivado devido à ausência de movimentação processual por parte do consórcio empreendedor, que não apresentou os estudos complementares exigidos pelo IBAMA por mais de dois anos. Esta decisão administrativa foi precedida por uma suspensão judicial do licenciamento, acatando uma Ação Civil Pública do MPF motivada por diversas incongruências no projeto.

O texto enfatiza que o arquivamento é o resultado direto de um esforço coletivo de resistência que se estendeu de 2022 a 2025. A articulação entre movimentos sociais (como o Movimentos de Atingidos por Barragens - MAB),

entidades socioambientais e instituições universitárias (como a Universidade Federal de Rondônia - UNIR) promoveu pressão junto ao IBAMA, apresentando documentos que comprovam a inviabilidade socioambiental e econômica do empreendimento (CPT, 2025).

Conclui-se que o caso Tabajara ilustra um padrão persistente: a lógica de aproveitamento do recurso se impõe sobre o território enquanto abrigo e existência humana, consolidando um modelo de desenvolvimento que desafia a integridade socioambiental da Amazônia. Visto isso, sugere-se aprofundar que o PNTE integre, com transparência, a participação social e acadêmica. Logo, priorizar fontes limpas e descentralizadas pode mitigar os altos riscos socioambientais de projetos como a UHE Tabajara, construindo um desenvolvimento mais justo e alinhado às populações amazônicas.

6 REFERÊNCIAS

AFIEROHO, U. E.; et al. Meta-organização e responsabilização: estratégias governamentais para o envolvimento da comunidade e o desenvolvimento de alta qualidade em megaprojetos público-privados. *Project Leadership and Society*, v. 5, p. 100151, 2024.

ALBERTO, M. A. M.. O direito do poder administrativo: entre juridificação instrumental e comunicação racional: uma leitura do capítulo IV de “facticidade e validade”, de Jürgen Habermas. *Revista da Faculdade de Direito*, Universidade de São Paulo, v. 114, p. 479-505, 2019.

ARAUJO, N.; GARZON, L. F. N.. Neoextrativismo e projetos hidrelétricos em Rondônia: desdobramentos territoriais e seu significado político-institucional. *Revista Antropolítica*, n. 49, p. 1-29, 2020.

ARTAXO, Paulo. COP-30 e o agravamento da crise climática-caminhos para a construção de uma sociedade sustentável. *Estudos Avançados*, v. 39, pág. e39114019, 2025.

BARBOSA GOMES, F.; BASTOS, A. Geomorfologia e sua relação com a configuração espacial do município de Machadinho d'Oeste no estado de Rondônia – sudoeste da Amazônia. *Revista de Geografia*, [s. l.], v. 35, n. 4, p. 242, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/238222>. Acesso em: 6 nov. 2025.

BIRESSELIOGLU, M. E.; SOLAK, B.; SAVAS, Z. F. Unveiling resistance and opposition against low-carbon energy transitions: a comprehensive review. *Energy Research & Social Science*, v. 107, p. 103354, 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Portal do IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 14 nov. 2025.

BRASIL. Resolução Nº 5, de 26 de Agosto De 2024. Institui a Política Nacional de Transição Energética - PNTE, o Plano Nacional de Transição Energética - Plante, o Fórum Nacional de Transição Energética - Fonte, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 28 ago. 2024.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. Vitória das comunidades: Processo de licenciamento da Hidrelétrica de Tabajara (RO) é encerrado. 2025. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/wp-content/uploads/2025/08/TABAJARA-NUNCA-MAIS-Agosto-07082025.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2025.

CASTRO, C. P. Hidrelétricas e a geopolítica das energias renováveis na Amazônia. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 24, p. 1–22, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/XxTMCyf4TBSP3kYVc8JRrXc/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 16 nov. 2025.

CAVALCANTE, M. M. A. *Hidrelétricas e unidade de conservação na Amazônia: conflitos e disputas territoriais no século XXI*. Mercator, Fortaleza, v. 20, e21017, p. 1–19, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/gQS78YPmMpkWrtMJntbG3qz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 nov. 2025.

COSTA SILVA, R. G.; CUNHA, G. D. O. B.; FERREIRA, R. A. A. Hidrelétricas, direitos humanos e alienação do território na Amazônia: Estudo de caso da UHE

Tabajara – Rondônia. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, v. 9, n. 18, p. 404–434, 2020.

DE FREITAS, B. F. et al. O uso dos operadores como estratégia de busca em revisões de literatura científica. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 5, n. 3, p. 652-664, 2023.

DORIA, C. R. da C. et al. The invisibility of fisheries in the process of hydropower development across the Amazon. *Ambio*, v. 47, n. 4, p. 453-465, 2018.

EPE – EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. Plano Decenal de Expansão de Energia 2020–2029. Brasília: EPE/MME, 2020. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/plano-decenal-de-expansao-de-energia-2029>. Acesso em: 16 nov. 2025.

GASPAR, N. M. Análise de dispositivos governamentais brasileiros para o governo das águas no Brasil. *História Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 1–25, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/Fx69W3Dn7jck7SRBzccdwMv/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 16 nov. 2025.

INSTITUTO DE ENERGIA E MEIO AMBIENTE. Posicionamento sobre a Nova Política Nacional de Transição Energética e o Decreto do Gás para Empregar. IEMA, 5 set. 2024. Disponível em: <https://energiaeambiente.org.br/posicionamento-sobre-a-nova-politica-nacional-de-transicao-energetica-e-o-decreto-do-gas-para-empregar-20240905>. Acesso em: 26 nov. 2025.

MAIA, P. C. C.; SOBRINHO, M. V.; MENDES, R. L. R.. Governança da água na Amazônia Paraense: uma análise no uso da outorga de direito de uso dos recursos hídricos. *Revista P2P & Inovação*, v. 9, n. 1, p. 8–28, 2022. DOI: <https://doi.org/10.21721/p2p.2022v9n1.p8-28>. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/article/view/6116>. Acesso em: 16 nov. 2025. Acesso em: 16 nov. 2025.

MANGABEIRA, J. A. de C. Serviços ecossistêmicos e trajetória de capitalização agrícola: o caso de Machadinho D'Oeste-RO. 2010. 162 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

MPF, Ministério Público Federal. LAUDO PERICIAL 02/2017/SPJPR / CRP4 / SEAP / MPF Procuradoria da República no Estado de Rondônia / MPRO, Laudo

Antropológico elaborado com vistas a identificar os povos indígenas e as comunidades tradicionais potencialmente impactadas pela. n. 61, p. 233, 2017.

NÓBREGA, R. S. Os atingidos por barragem: refugiados de uma guerra desconhecida. REMHU, *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 19, n. 36, 2011.

PPI – PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS. Usina Hidrelétrica Tabajara (RO): estudo técnico e informações do empreendimento. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2023. Disponível em: <https://ppi.gov.br/>. Acesso em: 16 nov. 2025.

SANT'ANNA, F. M.; HONORATO, R. L.; BORTOLETTO, P. H. C. Os grandes projetos hidrelétricos na Amazônia: da despolitização à repolitização e contestação de conhecimentos. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, [S. l.], v. 9, n. 18, p. 341–372, 2020. DOI: 10.30612/rmufgd.v9i18.12096. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/12096>. Acesso em: 16 nov. 2025.

SEVA, A. O.; GARZON, L. F. N.; NOBREGA, R. S.. Rios de Rondônia: jazidas de megawatts e passivo social e ambiental. Em: BORRERO, A.M.V.; RADUAN MIGUEL, V.V.. (Org.). *Horizontes Amazônicos: economia e desenvolvimento*. 1ed.Rio de Janeiro. : Letra Capital. 2011.v. 1, p. 51-65.

SILVA, T. M. de. Hidrelétrica de Tabajara e os possíveis impactos socioambientais: estudo de caso na colônia z-05, Machadinho do Oeste – Rondônia, Brasil. 2016, 73 f. Monografia (Bacharelado em Engenharia de Pesca) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Presidente Médici, 2016.

VAINER, C. B.. Conceito de “atingido”: uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. *Vidas alagadas: conflitos socioambientais*, licenciamento e barragens. Viçosa: UFV, 2008. p. 39-63.

VON MALMBORG, F.. The eye of every storm: policy entrepreneurs to strengthen the role of energy efficiency in EU climate policy. *Energy, Sustainability and Society*, v. 15, n. 1, p. 32, 2025.